

AS FACES DA REPRESSÃO NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Samantha Viz Quadrat

Doutoranda em História pela UFF

A trajetória da América Latina tem sido marcada tanto pela instabilidade política como pela fragilidade da democracia, frequentemente atacada por golpes. O advento da Guerra Fria e da histeria anticomunista difundida pela ideologia da segurança nacional inaugurou uma nova era de golpes e ditaduras militares, com destaque para a região do Cone Sul.

Nesse quadro, é bastante ilustrativo o caso do Paraguai. Em 5 de Maio de 1954, um golpe orquestrado pelo Partido Colorado derrubou o presidente Federico Chávez e levou o general Alfredo Stroessner ao poder. No entanto, a posse de Stroessner não se deu imediatamente ao golpe, uma vez que teve de ser costurada através de acordos dentro do próprio partido, bem como das Forças Armadas. A seu favor pesou muito o apoio do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, simpático ao general, que havia realizado cursos naquele país e visitado unidades militares norte-americanas.

Stroessner governou o Paraguai por 35 anos e seu governo representa a ditadura mais bem sucedida do Cone Sul. O seu sucesso se deve não só à repressão policial e apoio das classes dominantes, mas também à máquina política instalada no Paraguai, que obrigava a todos os militares e funcionários públicos a se filiarem ao Partido Colorado, assegurando sempre a vitória de Stroessner e do grupo que o apoiava.

Outra característica do governo Stroessner foi a corrupção e a junção de interesses políticos e pessoais às negociações realizadas pelo Estado. A corrupção incluía tráfico de drogas, contrabando de produtos importados e rede de cassinos (Chiavenato, 1980). Posteriormente foram introduzidas novas formas de corrupção, como “o funcionamento de comissões ilegais sobre contratos do Estado, uso ilícito

dos dólares oficiais outorgados pelo Banco Central e com os pagamentos praticamente obrigatórios, que os empresários deviam remeter aos corruptos do governo para poder iniciar qualquer negócio de certa importância.” (Catela, 1998:8)

No tocante à estrutura da repressão, além do próprio Stroessner, podemos destacar o chefe do Departamento de Investigações, Pastor Milciades Coronel. Inspirada pela experiência nazista, a ditadura paraguaia criou campos de concentração. “En la década del cincuenta, existían por lo menos tres campos de concentración en la región del Chaco.” (Mariano, 1998:119) Segundo o preso político Julián Cubas, nestes campos de concentração “había presos de todos los partidos, inclusive dos mujeres de 72 años y una criatura de 1 año.” (idem:122) O Paraguai também foi pioneiro em uma série de torturas que seriam utilizadas pelas demais ditaduras posteriormente, tais como: choque elétrico, solitárias sem iluminação ou com refletores constantes, uso de objetos perfurantes, etc. (idem: 118)

Ainda não foi possível quantificar o número de mortos e desaparecidos da ditadura stronista. Na estimativa extra-oficial, calcula-se algo em torno de 1.000 a 2.000 mortos, 2.000 presos e um milhão de paraguaios exilados. Cabe destacar que, devido à longevidade da ditadura stronista, a repressão atingiu pelo menos três gerações, expulsou um imenso grupo de intelectuais para fora do país e impediu a formação de novas lideranças políticas.

O segundo país a cair em mãos militares foi o Brasil. A ditadura militar se instalou no poder em 31 de Março de 1964 e só o deixou após um longo período de transição, em 1984. O golpe desferido contra o presidente João Goulart contou com a participação das Forças Armadas e também alguns setores da sociedade civil.

Uma das principais características do regime militar brasileiro foi a criação do sistema de inteligência, que, além da coleta de informações, ficava também responsável pela repressão. Como órgãos integrantes deste sistema, podemos destacar: o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), as polícias políticas, o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).¹

1. Para mais detalhes sobre o sistema de inteligência e repressão brasileiro ver: QUADRAT, Samantha V. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2000. Dissertação de Mestrado

A repressão no Brasil, assim como nos demais países, teve início imediatamente após o golpe e estima-se que nesse período cerca de 50 mil pessoas tenham sido presas e algumas já torturadas. No entanto, podemos observar que à medida que o Estado ditatorial se consolidava a ação da repressão era cada vez mais seletiva. Nesse sentido, é possível estabelecer a seguinte periodização: o primeiro período - compreendido entre os anos de 1964 e 1968 -, marcado por possibilidades de retorno ao Estado de Direito, mas em que a tortura já era usada, principalmente pelo DOPS e pelo CENIMAR. Essa fase culminou com o fechamento do regime através da edição do AI-5, em 1968. O segundo momento situa-se entre os anos de 1968 e 1974, quando o regime se radicalizou e a violência assolou o país. O último período, entre os anos de 1974 até 1985, caracteriza-se pela progressiva saída dos militares do poder e os obstáculos criados pelos grupos de repressão contrários ao retorno da democracia ao país. (Quadrat, 2000)

Paralelamente à repressão, os militares brasileiros se utilizaram também de propagandas ufanistas, da censura, da guerra psicológica e de resultados obtidos no período de prosperidade conhecido como “milagre econômico”, para governar o país.

Em 1973, caíram em mãos de governos ditatoriais o Uruguai e o Chile. A agitação política no Uruguai já vinha se desenvolvendo desde os anos 60, com a ascensão tanto da direita como da esquerda, representada pelo movimento Tupamaro. Esses dois segmentos já praticavam ações terroristas com atentados à bomba e assassinatos.

Em 1 de Março de 1972, foi eleito, apesar das suspeitas de fraude, o fazendeiro Juan María Bordaberry. Quarenta e cinco dias após assumir o cargo, o novo Presidente decretou o *estado de guerra interno*. Foram suspensas as garantias individuais, o direito de reunião e a inviolabilidade de domicílio (Fialho, 1979: 39). Era o ensaio do golpe, desferido em 27 de Junho de 1973, pelo presidente Juan María Bordaberry, com o apoio das Forças Armadas.

O motivo para o golpe foi o mesmo alegado pelas forças golpistas dos demais países do Cone Sul: o crescimento da subversão. A partir de então, o Uruguai se tornou um grande cárcere, devido ao imenso número de presos políticos. Estima-se que de cada grupo de 10 mil uruguaios, 31 estiveram presos por um longo período - de cinco a dez anos - sendo submetidos a torturas constantes.

Segundo Mariano (1998:62), a opção pela prisão se deve a dois fatores. O primeiro é relativo ao fato do Uruguai ser um país pequeno e de população reduzida, o que não facilitava o desaparecimento em larga escala. E o segundo

fator se deve ao fato de que o governo ditatorial não queria chamar a atenção dos grupos de direitos humanos que já atuavam no exterior.

No Chile, após três tentativas de se eleger presidente, Salvador Allende alcançou o seu objetivo em 1970. A transição ao socialismo pela via democrática enfrentou obstáculos legais e ilegais antes mesmo de Allende tomar posse. O principal obstáculo legal foi a articulação dos grupos de oposição para impedir que o Congresso ratificasse a vitória de Allende. No entanto, antes que as articulações do Congresso fossem concretizadas, um grupo de extrema direita, que contava com agentes de segurança e membros das Forças Armadas, assassinou o comandante-em-chefe do Exército chileno, o general René Schneider, um defensor da legalidade e da submissão das Forças Armadas ao poder civil. O que deveria ser apenas um seqüestro acabou com morte do general, que resistiu para não ser levado, obrigando a oposição a dar posse a Allende, numa tentativa de evitar o golpe, que parecia eminente.

Desde então, Allende enfrentou a oposição política das classes dominantes, que acusavam o novo presidente de estar transformando o país num caos, e de alguns setores das Forças Armadas.

O plano de desestabilizar o governo Allende entrou em curso desde o primeiro ano de governo. Um de seus fatores principais foi o desabastecimento. Em resposta ao sumiço dos produtos, surgiram, em 1971, as *marchas das panelas vazias* organizadas por setores da classe média e esposas de oficiais. Afora essas marchas, os anos seguintes foram marcados por pronunciamentos militares, crítica de empresários e tentativa de um golpe branco.

Diante de mais uma situação de golpe, em junho de 1973, Allende decidiu convocar um plebiscito para, pelo menos, entregar o governo a um civil. No entanto já era tarde demais, pois o comandante-em-chefe do Exército, o general Augusto Pinochet, ao saber do plebiscito, antecipou o golpe e cercou o Palácio La Moneda, exigindo a renúncia de Allende, que acabou se suicidando. A chegada de Pinochet ao poder pode ser caracterizada pela união das Forças Armadas, dos partidos Democrata Cristão, Nacional e Patria y Libertad e da burguesia. Além desses segmentos chilenos, temos a participação dos governos norte-americano e brasileiro.

A repressão começou imediatamente após o golpe de 11 de setembro de 1973. Os Estádios do Chile e Nacional serviram de palco para prisões e fuzilamentos. Muitos dos cerca de 3.200 mortos do governo Pinochet tiveram os seus corpos cremados em fornos de cal. Já no interior, ocorreram as *caravanas da morte*, uma outra vertente do extermínio chileno

Após um ano no poder, o general Pinochet criou a polícia política denominada DINA, em 18 de junho de 1974. Cabia à DINA controlar as atividades repressivas no país e foi de seu principal dirigente, o general Manuel Contreras, a proposta para a criação da Operação Condor.

Por último, temos a Argentina que, em 1966, já tinha passado pelo governo ditatorial de Onganía, simpático à ideologia da segurança nacional.

O retorno de Perón ao poder, em 1973, não ocorreu de forma tranqüila. A própria chegada do antigo comandante ao país foi marcada pelo “massacre de Ezeiza”, quando milhares de pessoas entraram em choque no aeroporto de Buenos Aires. No entanto, nas primeiras semanas do governo Perón, o país parecia ter retornado à normalidade, mas a política repressiva do presidente e os grupos extremistas tanto de direita quanto de esquerda logo estavam de volta às ruas.

Com a morte de Perón, em 31 de Junho de 1974, assumiu a sua esposa e vice-presidente María Estela Perón. Frágil politicamente, María Estela não conseguiu resistir ao golpe militar de 24 de Março de 1976.

Na Argentina, cabe destacar que a violência política não foi instalada com o golpe, já figurava até mesmo em governos democráticos e partia tanto de grupos de extrema direita como a Triple A e o Serviço Anti-subversivo de Rosário, quanto de grupos de esquerda, como os montoneros, a FAR e a ERP. A Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) era liderada pelo *brujo* José López Rega e, até a instalação do governo ditatorial, já havia assassinado cerca de 600 pessoas e colaborado em ações com outros países de regime ditatorial do Cone Sul.

O marco inicial do terrorismo de Estado na década de 70 pode ser considerado o massacre de Trelew, em 22 de Agosto de 1972, quando 16 membros da ERP foram fuzilados pelo Serviço de Informações Naval. A vingança não tardaria e os grupos de esquerda assassinaram vários dos participantes do massacre, dentre eles um juiz que havia se recusado a autorizar a transferência dos presos, posteriormente fuzilados.

Entre os anos de 1975 a 1976, foi levada a cabo a “Operação Independência”, com a missão de “limpar” o país da ameaça comunista. Ao que tudo indica, esta operação foi vitoriosa em seu intento, pois foi justamente nesse momento que começam a eclodir as denúncias contra a violação dos direitos humanos no país. Tais denúncias ganham o mundo em 1978, durante a realização da Copa do Mundo, quando milhares de jornalistas estrangeiros se encontravam no país

A estrutura repressiva argentina envolveu praticamente todos os oficiais. E a principal característica desse aparato foi a criação dos grupos de Força de Tarefas ligados aos serviços de inteligência do Exército (SIE), da Marinha (SIN), da Aeronáutica (SIA) e da SIDE (Secretaria de Inteligência do Estado), esta última uma estrutura herdada dos governos peronistas.

A falta de uma coordenação central e as disputas entre a Marinha, Aeronáutica e Exército pelo poder permitiram a criação de centros clandestinos de detenção, prisões e desaparecimentos sem critérios, vôos da morte, roubos de crianças, etc. Na Argentina, as prisões eram efetuadas a qualquer hora do dia e muitos assassinatos foram cometidos em locais públicos. O depoimento de uma argentina da região de La Plata sintetiza o caos que virou o país: “ninguém queria escutar, mas era impossível afastar-se desse clima...”

As Juntas Militares que governaram o país optaram por não manter nenhum canal de negociação com a sociedade civil e pela política do extermínio em massa, o que fez com que o país tenha o maior número de mortos e desaparecidos da América Latina, algo em torno dos 30 mil, segundo as organizações de direitos humanos.

Para os militares, era uma *guerra sucia* na qual os excessos eram aceitáveis e incontrolláveis. Nas palavras de um militar argentino, “ (dos subversivos) tínhamos que extrair-lhes a informação antes de vinte e quatro horas. Lógico, é preferível atuar sem torturas nem gemidos, mas isso nem sempre é possível e, às vezes, temos de salvar a vida de cidadãos honestos jogando contra o tempo. “ (Dellasoppa, 1998: 353)

Para finalizar, devemos ressaltar que até os dias atuais existem campanhas e organizações não-governamentais - como o Tortura Nunca Mais e as Madres de La Plaza de Mayo - que lutam pela punição dos acusados de violações dos direitos humanos. Com exceção do Paraguai, as leis de anistias decretadas nos demais países, em nome da conciliação nacional acabaram deixando impunes crimes hediondos, como os de tortura e desaparecimentos de presos políticos.

• • •

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, M. E. *Dossier Secreto*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

BOCCIA, A. , GONZÁLEZ, M. & PALAU, R. *Es mi informe*. Asunción: Ediciones CDE, 1994.

CATELA, L. da S. *Paraguai: os homens de uniforme na vida nacional*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1998.

CHIAVENATO, J. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

D'ARAUJO, M. C. & CASTRO, C. (orgs). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DELLASOPPA, E. *Ao inimigo, nem justiça*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1998.

DUHALDE, E. L. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: El caballito, s/d.

FIALHO, A. V. *Uruguai: um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp. 39

LEWIS, P. H. *Paraguay bajo Stroessner*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MARIANO, N. C. *Operación Cóndor*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

QUADRAT, S. V. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2000. Dissertação de mestrado

_____. Operação Condor. In: SILVA, F. C. T., MEDEIROS, S. E. e VIANNA, A. M. (orgs). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens (1920-1995)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 338.

SÁBATO, E. (org). *Nunca Mais*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SADER, E. *Chile: da independência à remocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WESCHELER, L. *Um milagre, um universo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.